

TERMO DE REFERÊNCIA

1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia, especializada em execução dos serviços para reforma e ampliação das instalações da “**ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL BOA VISTA**”, situada na Rua Boa Vista, esquina com Presidente Dutra, S/N, Bairro Boa Vista, Augustinópolis – TO. A intervenção abrangerá uma área de **664,44 m²**. **ESPECIFICAÇÃO:** a especificação detalhada do objeto constará no “item 5” deste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Augustinópolis – Tocantins, através de Processo Licitatório, na modalidade de Concorrência, menor preço global, onde visa contratação de empresa de engenharia para a execução de serviços de Reforma e Ampliação de uma Escola Municipal de ensino público integral, dedicada ao ensino fundamental e à pré-escola Municipal.

A reforma e ampliação desta instituição se faz necessária para que venha oferecer melhores condições de aprendizado aos estudantes, melhorando a infraestrutura atual e a ampliação de salas de aulas, banheiros e também no que diz respeito acessibilidade, sendo fundamental para promover a inclusão e igualdade de oportunidades para todos os alunos, funcionários e visitantes da escola promete o ambiente escolar como o bem-estar dos alunos e dos profissionais da educação.

Essa necessidade de intervenção nessa Unidade de Ensino é crucial para garantir que os estudantes tenham acesso a um ambiente adequado e seguro para o seu desenvolvimento educacional. Além disso, investir na reestruturação das escolas é fundamental para promover uma educação de qualidade.

A melhoria de um ambiente de trabalho adequado para os docentes reflete diretamente na qualidade de ensino e no bem-estar dos profissionais. Sendo seu principal objetivo, ampliar a oferta de vagas na educação infantil no município e suprir a demanda crescente da comunidade local.

Além de implantação paisagismo, estacionamento e mastros com bandeiras na entrada da escola, contribuindo significativamente para a qualidade do

ambiente educacional, proporcionando um espaço seguro, inclusivo e estimulante para todos os envolvidos na comunidade escolar.

A obra contemplada neste projeto será executada na Rua Boa Vista, esquina com Presidente Dutra, S/N, Bairro Boa Vista, Augustinópolis/TO.

Com a execução dessa obra, que são de suma importância por viabilizar melhorias na educação infantil de qualidade para crianças, além de assegurar um melhor ambiente para o ensino.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta contempla a reforma e ampliação completa da Escola Municipal de Tempo Integral Boa Vista, abrangendo uma área total de 664,44 m², com o objetivo de modernizar, adequar e melhorar integralmente as instalações físicas da unidade educacional. As intervenções envolvem a recuperação estrutural do bloco existente, a ampliação de novos ambientes pedagógicos e administrativos, além da requalificação das áreas externas e de circulação.

A obra prevê uma abordagem integrada, incluindo serviços de engenharia civil, elétrica e hidrossanitária, garantindo funcionalidade, segurança e conformidade com normas vigentes. Serão executadas ações desde a demolição de trechos comprometidos até a construção de novos espaços, reinstalação de redes, melhorias em acessibilidade, substituição de revestimentos, recomposição de cobertura e pintura geral.

O conjunto das intervenções permitirá que a escola opere com capacidade ampliada, infraestrutura adequada às necessidades atuais, ambientes mais confortáveis e seguros, além de condições apropriadas para o desenvolvimento das atividades educacionais. Trata-se de uma solução completa, planejada e orientada para a qualidade, durabilidade e eficiência no uso dos recursos públicos.

4. ESCOLHA DA MODALIDADE E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A contratação visa a execução de serviços de engenharia para reforma e ampliação das instalações da **Escola Municipal de Tempo Integral Boa Vista**, totalizando área de intervenção de **664,44 m²**. Considerando a natureza do objeto, que envolve obras e serviços de engenharia, e observando os limites de valores definidos pela **Lei nº 14.133/2021**, a Administração adotará a **modalidade de licitação adequada ao valor estimado da contratação**, com critério de julgamento por **menor preço**, na forma global.

A modalidade escolhida está fundamentada nos seguintes pontos:

- O objeto caracteriza-se como **serviço de engenharia** com projeto básico previamente elaborado.
- A competição entre empresas especializadas permite a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- O critério “menor preço global” é o que melhor assegura a seleção de empresa tecnicamente capacitada com proposta economicamente vantajosa, uma vez que a execução dos serviços integra um conjunto único de atividades interdependentes.

2. Critérios de Seleção do Fornecedor

A seleção do fornecedor seguirá critérios objetivos e previamente definidos no edital e anexos, observando os princípios da legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade, eficiência e julgamento objetivo.

Serão exigidos, dentre outros requisitos:

2.1 Habilitação Jurídica

- Documentos que comprovem a regular constituição da empresa e autorização para o exercício das atividades pertinentes ao objeto.

2.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

- Comprovação de regularidade perante os órgãos fazendários (municipais, estaduais e federais), FGTS, INSS e Justiça do Trabalho.

2.3 Qualificação Técnica

- Comprovação de capacidade técnica operacional, mediante atestados de execução de obras ou serviços de engenharia de natureza e complexidade similar.
- Comprovação de qualificação técnico-profissional mediante apresentação de responsável técnico habilitado (ART ou RRT).
- Disponibilidade de equipamentos, equipe e estrutura operacional para execução da obra.

2.4 Qualificação Econômico-Financeira

- Índices contábeis que demonstrem a boa saúde financeira da empresa.
- Garantia de proposta, caso prevista, conforme Lei 14.133/2021.

3. Critério de Julgamento

O julgamento será realizado pelo critério de **Menor Preço Global**, conforme previsto no edital, garantindo-se a avaliação objetiva das propostas com base na planilha orçamentária e nos demais documentos técnicos que integram o processo licitatório.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E ORÇAMENTO ESTIMADO

Após levantamentos verificou-se que os serviços a serem contratados serão, em suma, de Construção Civil, sendo a execução da obra pautada nos seguintes serviços:

- Serviços preliminares;
- Demolições e retiradas;
- Fundação-infraestrutura-superestrutura;
- Alvenaria;
- Esquadrias;
- Cobertura/forro/calha;
- Impermeabilização;
- Revestimento de paredes;
- Pavimentação;
- Pintura;
- Instalação Elétrica;
- Tubulação e drenos ar condicionado;
- Rede lógica e cabeamento estruturado;
- Instalação hidráulica;
- Instalação de águas pluviais;
- Instalação sanitária;
- Louças/bancadas/metais;
- Mastros/bandeiras.

O custo foi verificado após a realização dos projetos, nos quais a equipe técnica concluiu que seria mais eficiente, em respeito ao interesse público, elaborar um orçamento para a obra com a descrição dos serviços a serem executados por meio da tabela SINAPI 09/2025, para melhor atender aos importantes requisitos preconizados pelo ordenamento jurídico brasileiro, com sua especificação devidamente justificada na Memória de Cálculo, concluindo ser tecnicamente e economicamente viável a execução indireta dos serviços.

Estima-se a contratação em **R\$ 566.940,53 (quinhentos e sessenta e seis mil, novecentos e quarenta reais e cinquenta e três centavos)**. Essa estimativa foi

obtida a partir da planilha orçamentária da obra, elaborada com base no levantamento e na quantificação dos serviços, realizados por meio da leitura e análise dos projetos. Em seguida, foi feito o cálculo dos custos unitários, utilizando composições de custo unitário das Tabelas Referenciais do SINAPI 09/2025.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 8.1.1. Convocar a adjudicatária, dentro do prazo de eficácia de sua proposta para assinatura do contrato e ordem de serviço;
- 8.1.2. Proporcionar todas as condições para que a licitante possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;
- 8.1.3. Publicar o extrato da Ata e instrumento contratual, na forma da Lei;
- 8.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da(s) licitante(s) vencedora(s);
- 8.1.5. Efetuar o pagamento devido pelo serviços efetivamente realizado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- 8.1.6. Emitir Nota de Empenho e Nota de Fornecimento, a medida da contratação;
- 8.1.7. Acompanhar e fiscalizar a contratação, aplicar as penalidades regulamentares e contratuais, atestar as notas fiscais e efetuar o pagamento;
- 8.1.8. Prestar todas as informações necessárias com clareza à Contratada para a execução da contratação;
- 8.1.9. Comunicar, imediatamente, à Contratada as irregularidades verificadas na contratação;
- 8.1.10. Recusar receber os produtos licitados, caso estes estejam em desacordo com a proposta apresentada pela empresa vencedora, fato que será devidamente caracterizado e comunicado à empresa, sem que a esta caiba direito de indenização.

8.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.2.1 Executar de acordo com a sua proposta, normas legais, edital e cláusulas contratuais, o serviço pactuado, assumindo inteira responsabilidade por eles;
- 8.2.2 Prestar à Administração todas as informações e dados por ela solicitados, desde que disponíveis e do conhecimento da prestadora;

- 8.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da entrega dos produtos de acordo com a Lei 14.133/2021;
- 8.2.4 Atender prontamente a quaisquer exigências da Prefeitura ou Secretaria solicitante, inerentes ao objeto do presente termo de referência;
- 8.2.5 Comunicar à Secretaria Municipal, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.2.6 Os preços cotados devem incluir as despesas de custo, como: encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas ou de qualquer outra natureza;
- 8.2.7 Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, os empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a Contratante;
- 8.2.8 Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias;
- 8.2.9 Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do Contrato;
- 8.2.10 Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos;
- 8.2.11 Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados à Prefeitura ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do presente Contrato;
- 8.2.12 Havendo necessidade, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições da proposta, na forma do preceituado do art. 125 da Lei Federal 14.133/2021.

9 | DOCUMENTAÇÃO REQUERIDA

9.1 Habilidade Jurídica

- Certidão simplificada ou de inteiro teor da Junta Comercial ou repartição competente, Estatuto Social ou Contrato Social em vigor, com todas as alterações e documento de eleição dos administradores. Registro do ato constitutivo e prova de administradores em exercício para sociedade simples.
- Inscrição comercial para empresário individual;
- Decreto de autorização, para empresa estrangeira.

- Instrumento de Compromisso de Constituição de Consórcio, incluindo: Indicação da empresa líder, Compromisso de responsabilidade solidária, compromisso de não alterar o consórcio sem anuênci, declaração de que o consórcio não se constitui em pessoa jurídica distinta, definição da participação de cada consorciado, duração do consórcio, declaração de arquivamento do instrumento de constituição do consórcio, declaração de atendimento à Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

- Prova de inscrição no CNPJ.
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal.
- Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do licitante, Fazenda Estadual e Fazenda Nacional (certidão SRFB e PGFN).
- Prova de regularidade com o FGTS.
- Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.
- Demonstração de cumprimento do art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

9.3 Qualificação Econômico-Financeira

- Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;
- Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) dos dois últimos exercícios sociais. Índices financeiros:
 - Liquidez Geral igual ou superior a 1,00.
 - Liquidez Corrente igual ou superior a 1,00.
 - Solvência Geral igual ou inferior a 1,00.
 - Patrimônio Líquido** igual ou superior a 10% do valor da proposta.
- Demonstrativos contábeis do último exercício social.
- Certidão de registro contábil para escrituração contábil digital.
- Documentação econômico-financeira individual, para o caso de consórcios.

9.4. Qualificação Técnica

- Certidão de Registro e Quitação do CREA ou CAU para pessoa física e jurídica.
- Comprovação de responsável (is) técnico (s):

- Profissionais de nível superior registrados no CREA ou CAU.
- Atestados de responsabilidade técnica e Certidão de Acervo Técnico (CAT).

- Declaração de execução dos serviços por profissionais não registrados na Certidão de Registro e Quitação.
- Comprovação de vínculo entre profissional e empresa.

9.5 Disposições Gerais da Habilitação

- Documentação deve referir-se ao CNPJ de credenciamento.
- Documentos devem estar dentro do prazo de validade estabelecido.
- Declaração de superveniência de fato impeditiva da habilitação.
- Declaração de não utilização de mão-de-obra de menores.
- Declaração de inexistência de Servidor Público da Prefeitura Municipal de Augustinópolis/TO no quadro de pessoal.

10 GARANTIA DA PROPOSTA

A licitante interessada deverá apresentar comprovante de garantia de participação, efetuada através de qualquer uma das modalidades previstas no caput do art. 58 da Lei 14.133/2021, no valor de 1% do valor estimado do certame, com prazo de validade não inferior a 60 dias a partir da data de abertura do certame, sendo recolhida antes do início do certame.

A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 dias úteis contados da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

A recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos necessários implicará na execução do valor integral da garantia de proposta.

A garantia de proposta, a critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida nas seguintes modalidades: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária emitida por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, ou título de capitalização com resgate pelo valor total.

11. RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento do objeto será feito em conformidade com o disposto no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e na minuta contratual, que será anexada ao edital.

12. POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

Mediante prévia e expressa autorização da Contratante, a contratada poderá subcontratar parte do objeto licitado, observado o limite de 30% do valor total do contrato.

Não será permitida a subcontratação das parcelas de maior relevância do objeto licitado, ou seja, o conjunto de itens para os quais houver sido exigida na habilitação, como requisitos de qualificação técnica, a comprovação de capacidade técnico-profissional ou de capacidade técnico-operacional.

A autorização dada pela Contratante é condição para a subcontratação regular, mas não implica em partilha nem redução das responsabilidades contratuais e legais assumidas pela contratada.

Cabe à contratada zelar pela perfeita execução do objeto do contrato, bem como pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade dos serviços, supervisionando as atividades da subcontratada e respondendo direta e solidariamente perante a Contratante pelo cumprimento das obrigações que forem objeto de subcontratação. Não serão realizados pagamentos diretamente às subcontratadas.

Demais requisitos serão pormenorizados no Edital de Licitação.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão realizados mediante apresentação de nota fiscal, contendo a data de emissão, valor unitário, valor total, endereçada a Prefeitura Municipal ou ao Fundo solicitante, com seu respectivo CNPJ e endereço e menção ao procedimento licitatório e ao respectivo contrato.

O gestor do contrato somente atestará o serviço e liberará a(s) Nota(s)

Fiscal (is) para pagamento quando cumpridas pela Contratada, todas as condições pactuadas.

Para habilitar-se ao pagamento a empresa deverá protocolar na Sede da Prefeitura, Nota Fiscal especificando o serviço, devendo estar formalmente atestado pelo servidor designado para tal.

O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal discriminando o produto, a quantidade fornecida, o valor unitário e o valor total, devidamente atestada, seguido de recibo de quitação e requerimento solicitando o pagamento do valor faturado, acompanhados das certidões necessárias.

Caso a proponente não protocolize seu pedido de pagamento nos prazos avençados, reserva-se a Contratante o direito de pagar o valor da Nota Fiscal somente no mês subsequente sem alteração de valor, ou aplicação de qualquer cominação legal.

Eventual erro nos valores constantes da nota fiscal será comunicado à Contratada, ficando o pagamento sustado/suspenso até a correção do erro.

A administração Municipal reserva-se o direito de recusar do pagamento se, no ato da atestação, os serviços executados não tiverem em perfeitas condições de desempenho ou estiverem em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas, ou no caso das condições de habilitação no que diz respeito à regularidade fiscal e trabalhista, não serem devidamente cumpridas.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Serão estabelecidas as sanções aplicáveis a empresa contratada no caso de não execução na integra dos serviços especificados conforme regras estabelecidas em instrumento contratual específico, obedecendo o previsto no Art. 156 da Lei Federal 14.133/2021.

15. PRAZO DA CONTRATAÇÃO

O prazo de vigência do contrato será de 04 (quatro) meses, podendo ser prorrogado, conforme hipóteses;

As demais hipóteses e condições para a prorrogação da vigência do contrato serão disciplinadas pelo instrumento contratual elencadas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 07.15.00 – FUNDEB – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

UNIDADE: 07.15.01 - FUNDEB – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

12.361.0403.1.016 – REALIZAÇÃO DE OBRAS E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB 30%

ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES

FICHA: 000885

FONTE: 1.540.0000.00000 – FUNDEB 30%

17. DA VISTORIA – VISITA TÉCNICA

Recomenda-se às licitantes interessadas a vistoria do local onde serão realizados os serviços para melhor formulação de suas propostas, de acordo com as necessidades locais, visando à efetiva prestação dos serviços.

A visita técnica poderá ser realizada por um engenheiro civil, arquiteto ou urbanista pertencente ao quadro técnico do licitante, munido dos seguintes documentos: carta de credenciamento, carteira de trabalho ou ficha de registro de empregado e carteira de identidade expedida pelo CREA ou CAU, ou pelo proprietário, em conformidade com o Acórdão TCU nº 4.968/2011.

A visita técnica é facultativa, podendo ser realizada até o último dia anterior à abertura do certame, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (63) 3456-1739.

A visita partirá da Sede da Prefeitura Municipal e será coordenada pelo responsável designado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos, que ao final emitirá atestado de comparecimento dos interessados.

Nenhum responsável técnico, ainda que credenciado, poderá representar mais de uma licitante. Durante a visita técnica, o interessado, por seu representante, deverá observar atentamente as condições de implantação das obras, solicitando ao engenheiro coordenador da visita os esclarecimentos necessários e pertinentes.

Quando da não realização da visita técnica, o licitante deverá obrigatoriamente apresentar Declaração emitida pelo próprio licitante, atestando que ele conhece as condições referentes à execução da obra.

18. DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo Sr. **JOÃO VICTOR COSTA PAIVA**, fiscal de contratos, à qual competirá velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o disposto neste Termo de Referência e na proposta da contratada.

Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contratado, o agente fiscalizador dará ciência a contratada, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

O contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso afaste-se das especificações deste Termo de Referência e da proposta da Contratada;

Correrá por conta da contratada toda e qualquer despesa e encargos com pessoal e demais ocorrências, para a perfeita execução do objeto deste instrumento, caso se faça necessário.



Augustinópolis – TO, 18 de novembro de 2025.

RENATA PEREIRA Assinado de forma
DE SOUSA digital por RENATA
OLIVEIRA:9372901 PEREIRA DE SOUSA
4153 OLIVEIRA:9372901415
3

RENATA PEREIRA DE SOUSA OLIVEIRA
Secretaria Municipal de Educação